

CRÍTICA E IDENTIDADE

Um manual pedagógico da Roma Antiga

Bruna Marcelino da Cruz¹

Resenha do Livro: BRANDÃO, José Luís; OLIVEIRA, Francisco de (Coords.). **História de Roma Antiga: volume II: Império e Romanidade Hispânica**. Coimbra: Imprensa da universidade de Coimbra, 2020, p.544.

O desenvolvimento do pensamento crítico, como aponta Kosseleck (2006), é peça chave para que as experiências dos seres se relacionem com as expectativas perante as diversas situações e floresçam em novas possibilidades. Expectativa e experiência são categorias dirigentes de ações concretas nos âmbitos político e social, entrelaçando passado e futuro. É com base nisso que *História de Roma Antiga – volume II: Império e Romanidade Hispânica* (2020), ao ser tido por seus realizadores como um manual, propõe-se a ser mais que um antro de conteúdos, pretende ser *corpus* ativo de discussão, crítica e problematização sobre a Roma Antiga, permitindo o desabrochar de seus leitores.

Dessa forma, a obra busca ser um suporte pedagógico aos estudantes universitários portugueses, prestando auxílio a estes no andamento de seus cursos. É possível notar essa concepção pelo seu selo de publicação (série *Ensino*), uma coleção sob a tutela da direção da Imprensa da Universidade de Coimbra. Além disso, construindo uma visão geral de Roma, *História de Roma* possui outros volumes aos quais este se relaciona: o primeiro volume (2015) abarca desde as origens de Roma até a figura de César, enquanto o terceiro (2017) dedica-se ao oriente, ilustrando sobre Bizâncio. Portanto é assim que, *Império e Romanidade Hispânica*, através de seus vinte dois capítulos, aborda todo período imperial, desde Augusto até a derrocada do Império Ocidental, oferecendo um foco a Romanidade Hispânica. A partir deste olhar, a obra é dividida em duas partes, uma geral e outra dedicada à Hispânia.

Com propósito de se ter uma apreensão crítica, o volume fora composto por uma gama de doutores da História Antiga e Bizantina, da Arqueologia e dos Estudos

¹ Graduada em História (licenciatura) pela UNESP-Assis. Mestranda pelo Programa de PósGraduação em História pela UNESP-Assis/SP sob orientação da Prof^a Dr^a Andrea Lúcia Dorini de Oliveira Carvalho Rossi e bolsista CNPq.

Clássicos provenientes de 13 universidades (UC, UÉ, ULisboa, UPorto, UFRJ, UFRN, UFPR, UFG, UNICAMP, UFOP, UAEU, UNIFAL, UFPel). Ao passo que sua coordenação ficou nas mãos dos professores José Luís Brandão e Francisco Oliveira, ambos membros do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, sendo que, o primeiro, é integrante do Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, enquanto o segundo é catedrático na mesma instituição.

Devido a este grupo de colaboradores, percebe-se que o “espírito” do volume surgiu em meio ao projeto *Rome our Home: (Auto)Biographical Tradition and The Shaping of Identity(ies)* que busca não explorar uma identidade única, mas as diversas identidades na herança cultural europeia através do estudo de obras e autores biográficos do fim da República e início do Império, refletindo sobre o que seria a Identidade Romana.

O IMPÉRIO DO OCIDENTE

De modo a permitir momentos de apreensão, reflexão e construção crítica, o livro realiza uma mescla, na sua primeira parte, de capítulos com abordagem mais cronológica, onde se trata das figuras imperiais e suas atuações, e de capítulos, tidos como “sistemáticos”, com temáticas transversais, novos olhares e meios. Esse ritmo permite uma leitura diferenciada, não apenas do volume, mas também de uma percepção de mundo, requisito essencial perante as problemáticas dessa, de acordo com Pienta (2018), sociedade aprendente, fundamentada pela busca constante e, cada vez mais rápida, do conhecimento.

Em outras palavras, ao promover um debate entre as ideias dos distintos capítulos dessa maneira, o livro permite ao leitor-estudante pensar sobre sua própria atuação, refletir sobre seu campo de estudo com o auxílio de outras ciências. Assim, quando Delfim F. Leão e José Luís Brandão voltam-se à Augusto (cap.1), aprofundando-se sobre as estruturas que marcaram o início do Principado e perpassam desde as configurações de poder relativas ao *princeps*, quanto suas concepções ideológicas, valores e sua administração, os autores preparam o leitor para compreender as transformações do período augustano e suas implicações no cotidiano romano. Isto é, quando se deparam com o panorama social e cultural (cap.2) dos primeiros anos do Principado, ilustrado por Oliveira, os legentes constituem-se mais aptos a refletir sobre as o que se apresenta, desde as questões

físicas (da demografia até o acesso à leitura), até os aspectos psicológicos, mentais (a positividade perante a mudança; o pensar sexual; entre outros), além dos processos de legitimação do poder.

Tal andamento ocorre por todo volume, como se exemplifica a seguir, pois ao versarem sobre os Júlio-Claudianos (cap.3), Fábio Duarte Joly e Fábio Faversoni retomam a força da *Domus* imperial que iniciou-se em Augusto, orientando-se pelo grupo de imperadores que marcaram o poder da dinastia no império, preparando os leitores para o curto, porém, conturbado, período de crise dos anos 68-69 (cap.4) sobre o qual Brandão aborda e que se caracterizou como palco de quatro distintos imperadores. Poucos meses marcados pelas diferenças ideológicas e entre seus governantes gerou uma inconsistência na identidade imperial, sendo esta consolidada apenas pelos Flávios (cap.5), pois, como elucida Nuno Simões Rodrigues, a figura do *princeps* torna-se central tanto na *Urbs* quanto nas províncias.

Em decorrência das discussões de tais capítulos é que se aprofunda na transversalidade, no momento da crítica, já que, ao tratar de noções aristocráticas e formulações senatoriais, Paulo Sérgio Margarido Ferreira reflete sobre as relações entre poder, saber e literatura durante o primeiro século do Principado (cap.6). Portanto, ele trata desde percepções sobre os conhecimentos artísticos e a oratória até as relações que os indivíduos versados possuíam com os imperadores, desde adulação até o limite da liberdade de expressão, ou seja, uma abordagem distinta para o mesmo período.

De mesmo modo, o desenvolvimento crítico, ao abrir espaço para facetas diversas das ciências, evita que se encontrem no mesmo lugar que a História Política uma vez esteve perante o cenário francês, sendo percebida como parada, presa em si mesma. Assim, quando Deivid Valério Gaia envereda-se pelos Antoninos (cap.7), apontando como essa dinastia hispânica consagrara-se tanto como ápice imperial quanto como portador dos primeiros sinais do fim do principado, dedica um espaço a crítica do “mito da adoção do melhor” que cercou tais imperadores e os marcou como os “bons”.

Igualmente quando Renata Senna Garraffoni reflete sobre os jogos de gladiadores (cap.8) e constrói um panorama sobre as características e abordagens historiográficas dos *munera*, apontando novos percursos e possibilidades para o estudo e pesquisa nas arenas romanas através um olhar cotidiano, permitindo a criação de novas problemáticas. Com esta mesma noção, há a retomada de estudos

sobre outros aspectos contribui a expansão da criticidade, como apresenta Ana Teresa Marques Gonçalves. A autora, ao contrário de uma caracterização negativa que se apontou sobre os Severos (cap.9), busca revisar esses imperadores ao elucidar a especificidade de suas atuações e as marcas que geraram em Roma nos âmbitos político, econômico e social. Também abrangendo novos olhares, Cláudia Teixeira em sua exposição elucida as dificuldades que as fontes dos conturbados anos pós-Severos apresentam, pois, sendo compreendidos como um período de anarquia (cap.10), foram cercados de problemáticas diversas: políticas, ambientais, econômicas, sociais, territoriais, entre outras.

Outra preocupação da obra em sua formulação, fora que a temática transversal não se limitasse a períodos específicos, é a abrangência da longa duração e as transformações que nela ocorreram perante o viés romano, que estimula o pensamento do legente-estudante a olhar por durações distintas dos eventos perante suas ciências. Nessa matriz, João Gouveia Monteiro elenca desde os primórdios de Roma até os anos finais do Império Ocidental, dedicando-se a construir percepções sobre uma das mais importantes matrizes romanas: o exército (cap.11), pontuando suas atuações e importância durante os distintos tipos de governos. De forma parecida, partindo também para um vislumbre mais específico, porém grandioso, Pedro Paulo A. Funari e Cláudio Umpierre Carlan dedicam-se a aventurar pela economia romana tanto do Principado quanto da Antiguidade Tardia (cap.13), diferenciando os aspectos econômicos de ambos os períodos e, mais do que isso, percebendo suas relações com o poder imperial, com a máquina militar e a cunhagem e distribuição de moedas. E, de maneira semelhante, Fábio Vergara Cerqueira ilustrou sobre uma perspectiva cultural, mais especificamente a música no império. Para tal, através da iconografia do Aquiles *Mousikos* (cap.17), refletiu sobre o ensino de música, desde o fim da República até a Antiguidade Tardia.

Retomando a noção de ritmo, como perceptível em outros capítulos, escolheu-se dar espaços de discussão próprios para indivíduos e períodos, condição essa que oferece uma estrutura maior de apreensão e problematização devido a complexidades destes. Adriaan de Man, por exemplo, posicionou seu olhar sobre a figura de dois imperadores, Diocleciano e Constantino (cap.12). O primeiro é visto em suas reformas de contenção as insinuações do período de anarquia e sua forma de poder em tetrarquia. Enquanto é possível vislumbrar, posteriormente, a aproximação de Constantino ao cristianismo, os processos de legitimação por meio

da sacralidade e sua atuação militar e administrativa marcantes, como as que resultaram na fundação de Constantinopla. De maneira próxima, traçando uma perspectiva de Constantino até Teodósio (cap.14), Paula Barata Dias permeia-se pelas relações entre Roma e o cristianismo como religião oficial e sua igreja, o alcance de sua legitimação e seu alçar como instituição aliada ao poder e ao Estado, observando-se também as diversidades que ainda se encontra nela, os cristianismos. Semelhantemente, perante as tensões e problemáticas do século IV, Vasco Gil Mantas reflete sobre os últimos suspiros do Império Ocidental ao longo do século V (cap.15) em um capítulo próprio, perpassando pela deterioração territorial, os conflitos internos e externos, a presença bárbara, que fizeram pressão sobre as últimas pilastras de Roma.

Por fim, ao visar criar uma relação íntima com o terceiro volume de *História de Roma Antiga, Império e Romanidade Hispânica* traz consigo um vislumbre de Bizâncio (cap.16). Gerando, assim, a ponte que transforma a trilogia de livros em um grande manual, Lyvia Vasconcelos Baptista voltou-se, em especial, para Justiniano e seu processo de reconquista de territórios ocidentais.

A ROMA HISPÂNICA

A segunda metade da obra, mais do que uma demonstração de “personalidade” perante seu espaço de produção, da cultura que integra e de suas mentes criativas, traz mais profundamente, o que Pienta (2018) considera um diálogo com seus leitores, ou melhor, encara-se um dos mais importantes valores, tanto do coletivo quanto do individual, a Identidade (WILDER, 2009).

Então, se o refletir sobre si mesmo seria uma forma corrente de aperfeiçoamento (RÜSEN, 2001, p.20) e, conseqüentemente, permitindo-se vislumbrar as repercussões da Roma Hispânica não apenas na atual cultura e espaço portugueses e espanhóis, mas também em todos os países por estes posteriormente colonizados, especialmente a América Latina, abrir-se-ia margens para consolidação de novas possibilidades frente ao seu próprio campo de estudo.

Assim, faz-se muito importante que o primeiro contato ativo com a Romanidade Hispânica se dê por meio do estudo da linguagem, como aponta Amílcar Guerra por meio do trabalho a diversidade linguística (cap.01) a partir de uma retomada dos estudos na área, observando-se o percurso de evolução de uma percepção de uma língua única para uma complexa pluralidade. Importância essa

que se caracteriza pelo fato da linguagem ser mais do que parte de uma cultura, mas, na realidade, fomentar-se como meio pelo qual o ser humano se desenvolve e compreende o universo.

Outro viés de importância para a construção da identidade são os espaços e as construções, visto que estes relacionam-se com as esferas do público e do privado, ligam-se ao profano e ao sagrado, além de configuração relações de poder, dominação e transformação. Dessa maneira, André Carneiro apresenta uma fuga do urbano ao refletir sobre os espaços rurais da Lusitânia (cap.02), ao que ilustra não apenas a influência romana e as formas de produção, como também a percepção das elites urbanas sobre este espaço, visões tais que se manifestavam pela arquitetura. Seguindo, também, pelo viés arquitetônico, Mantas vislumbra as construções da Lusitânia urbana (cap.03), refletindo sobre os efeitos da presença romana e suas intervenções em práticas de construção, materiais, tipos de estruturas e funções, que marcavam a questão política e social romana, tanto nos espaços públicos quanto privados.

Por fim, ainda dentro desse caráter identitário, permeia-se pela circulação de bens, ideias e informações, posto que estes podem se esculpir como marcos dentro do imaginário daquela população, perdurando ou sendo adaptado naquele espaço geográfico. Devido a isto que ao tratar das vias de comunicação na Romanidade Hispânica (cap.04), Mantas aponta a solidez dos contatos entre o centro imperial e a Hispânia, traçando desde o âmbito militar até a expansão cultural romana sobre as províncias. Igualmente, ao encerrar *Império e Romanidade Hispânica*, Rui Morais gerencia seu estudo para as cerâmicas (cap.05), utilizando-as como fontes. Através de seu tipo, de sua circulação na Hispânia, entre outros, o estudioso traça imagens claras sobre cultura, economia, sociedade e mesmo técnica e tecnologia.

Portanto, percebe-se então que *Império e Romanidade Hispânica* ao enveredar-se por estruturas identitárias e temáticas transversais, ilumina percepções críticas sobre os indivíduos e suas ciências. Ao utilizar-se das experiências de seu público alvo e permitir-se quebrar as expectativas que sobre si incidiam, a relação entre leitor e obra gera uma nova dinâmica, um espaço aberto onde os estudantes podem refletir sobre suas influências romanas também, geralmente pouco retomadas ou mesmo percebidas na contemporaneidade.

BIBLIOGRAFIA

KOSELLECK, Reinhart. "Espaço de experiência" e "horizonte de expectativa": duas categorias históricas. In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Puc Rio, 2006. p. 305-327.

PIENTA, Ana Cristina Gipiela (Org.). **Pesquisa e prática pedagógica**. 2. ed. Curitiba: Fael, 2018.

RÜSEN, Jörn. Introdução; Tarefa e função de uma teoria da história. In: RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica: Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Unb, 2001. p. 11-51

WILDER, Gabriela Suzana. **Inclusão Social e Cultura: Arte Contemporânea e educação em museus**. São Paulo: Unesp, 2009.